

Mulheres quilombolas: territórios, identidade e lutas na construção de políticas públicas



Mulheres quilombolas: territórios, identidade e lutas na construção de políticas públicas

Outubro de 2020



Mulheres quilombolas: territórios, identidade e lutas na construção de políticas públicas
2020

Textos: Débora Barizão, Edvina Tie Braz, Flavia Bigai, Kellen Junqueira, Maria Claudia Blanco, Miriam Nobre, Nilce Pontes, Raquel Rizzi, Vanessa de França

Transcrição de áudios: Elaine Santos

Revisão dos textos: Helena Zelic

Fotos: Arquivo SOF

Ilustração e editoração gráfica: Camila Zuca

Coordenação editorial: SOF Sempre Viva Organização Feminista | www.sof.org.br

Organizadoras: Associação Paulista de Extensão Rural (APAER), Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista, Sementeia, SOF Sempre Viva Organização Feminista

Apoio:



**FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO**

Esta obra possui a Licença Creative Commons  de Atribuição - Uso Não Comercial - Não a Obras Derivadas (BY-NC-ND).

São Paulo, outubro de 2020

Mulheres quilombolas: territórios, identidade e lutas na construção de políticas públicas. Débora Barizão, Edvina Tie Braz, Flavia Bigai, Kellen Junqueira, Maria Claudia Blanco, Miriam Nobre, Nilce Pontes, Raquel Rizzi, Vanessa de França. São Paulo: Associação Paulista de Extensão Rural, Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista, Sementeia, SOF Sempre Viva Organização Feminista.

59p.

ISBN 978-65-87591-03-2

1. Quilombos 2. Feminismo 3. Políticas públicas I. Título

Sumário

Apresentação _____	5
Apresentação da Roda de Conversa “O protagonismo das mulheres quilombolas” _____	7
Boas vindas da APAER _____	9
A coletividade na comunidade é que faz o desenvolvimento_____	11
Dentro dos quilombos, as mulheres permanecem_____	16
Não existe quilombo sem território, não existe identidade sem espaços _____	24
As lógicas e os tempos da vida devem organizar as políticas públicas _____	36
Sintetizando os aprendizados_____	44
Lutas de uma vida inteira moldam as políticas públicas _____	47
Anexo: Carta aberta sobre os desmontes do governo Dória – Em defesa de uma extensão rural pública e feminista _____	53
Organizadoras _____	57

Apresentação

Esta publicação se origina da roda de conversa “O protagonismo das mulheres quilombolas”, organizada pela Associação Paulista de Extensão Rural (APAER) em 27 de julho de 2020 com o apoio do coletivo Sementeia, do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista e da SOF Sempreviva Organização Feminista. Realizada logo depois do 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha (e, no Brasil, Dia Nacional de Tereza de Benguela e Dia da Trabalhadora e do Trabalhador Rural), essa roda de conversa virtual reuniu mais de 150 pessoas para resgatar aprendizados e organizar a resistência na defesa de políticas públicas, cuja construção contou com enormes contribuições das mulheres negras rurais.

Esta publicação resgata a fala das convidadas Edvina Braz, Vanessa de França, Nilce Pontes e Miriam Nobre, que foram chamadas a responder às perguntas: as políticas públicas que beneficiam comunidades rurais favorecem o protagonismo das mulheres quilombolas? Qual é a visão e como é a participação das mulheres em programas como o Microbacias II, PNAE, PAA, PPAIS e outras políticas acessadas pelas comunidades?



A publicação resgata também as contribuições de Maria Cláudia Blanco, Débora Barizão e Kellen Junqueira na abertura, comentários e síntese. As falas foram reorganizadas e um pouco editadas para facilitar sua leitura, com o compromisso de que os inúmeros agradecimentos fossem aqui destacados: às pessoas que participaram da conversa e muito especialmente à comissão que a organizou, formada por Alcielle dos Santos, Antônio Marchiori, Abelardo Pinto, Débora Barizão, Kellen Junqueira, Newton Rodrigues, Taís Canola e Tiago Marques.

A conversa foi tão intensa e instigadora que, mal havia acabado, já tínhamos vontade de que ela não se perdesse. Relendo as falas, percebemos o quão premonitórias se tornariam frente ao ataque às instituições públicas que prestam serviços à população, em particular à Fundação ITESP e as casas da agricultura, com a ameaça de extinção de fundações, autarquias e empresas e de venda de patrimônio público, entre outras medidas contrárias ao povo previstas no Projeto de Lei 529/2020 apresentado pelo governo Dória à Assembleia Legislativa. Por esta razão, anexamos a esta publicação a Carta aberta sobre os desmontes do governo Dória – Em defesa de uma extensão rural pública e feminista, elaborada pelas ativistas Débora Barizão, Flávia Bigai e Raquel Rizzi. Independente do resultado da votação, esse processo de luta tem nos ensinado muito sobre a aliança entre trabalhadores e população na defesa dos serviços públicos.

Acreditamos que essas falas atravessam tempos e reafirmam a necessidade de resistir para existir. É uma resistência que se assenta em nossos corpos e nossas memórias para abraçar comunidades em luta por territórios livres.

As organizadoras e organizadores

Apresentação da roda de conversa “O protagonismo das mulheres quilombolas”

Em sintonia com a sua missão institucional de fortalecimento da agricultura familiar, a Associação Paulista de Extensionistas Rurais (APAER) realiza hoje essa conversa com lideranças mulheres quilombolas, idealizada como um dispositivo de escuta e expressão das comunidades remanescentes de quilombo.

Constata-se hoje uma grande mudança ocorrendo em termos de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades. Saímos recentemente de um período no qual estavam plenamente articuladas as políticas de produção de riquezas – como o Programa Microbacias II – e de comercialização via programas de compras governamentais – como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social) – para entrar um momento no qual as comunidades se encontram em meio ao definhamento dessas políticas federais e estaduais e de suas instituições, como é o caso do Microbacias II em São Paulo.

As compras governamentais são um instrumento importante para a redução das desigualdades sociais. Elas proporcionam ganhos econômicos diretos para as comunidades sem intermediários. Essas políticas vinham garantindo um processo solidário, desde a produção até o consumo. Constata-se também a necessidade de fortalecimento da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, atual Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável,

CDRS) e do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), órgãos públicos que fornecem assistência a essas comunidades afim de que possam acessar essas políticas. O Estado precisa estar bem estruturado para atender as comunidades tradicionais.

Como foi a participação das mulheres na execução destas políticas nas comunidades? Como reativar essas políticas públicas que são estratégicas para o desenvolvimento sustentável das comunidades do Vale do Ribeira? Que outros desafios enfrentam as mulheres agricultoras quilombolas? Conhecer essas percepções e desafios é o objetivo desse nosso encontro.

Boas vindas da APAER

Maria Claudia Garcia Blanco¹

Boa noite e boas-vindas àqueles que participam conosco dessa roda de conversa. Venho abrir essa roda representando a APAER como membro do conselho e especialmente por ser mulher. Tenho muito orgulho de ser mulher, extensionista rural e servidora pública, três qualidades que são pouco valorizadas hoje na nossa sociedade. É uma pena, mas eu tenho fé que essa pandemia, apesar de toda a tristeza, tenha demonstrado um pouco, tanto para a sociedade como para os governantes, o quanto a presença do Estado ainda é muito importante para muita gente, para a população brasileira. No contexto da ATER pública, a agricultura familiar representada pelas quilombolas é o nosso público prioritário, à revelia de muitos gestores que desconsideram a agricultura familiar, não a compreendem, não dão a ela a devida importância. Representando a APAER, quero começar com nosso voto de protesto perante essa incompreensão e descaso diante da agricultura familiar e mesmo da própria agricultura paulista.

A Secretaria da Agricultura paulista tem cerca de 0,3% do orçamento. É uma realidade trágica, que precisa ser mudada, porque a agricultura paulista, especialmente a agricultura familiar, merece mais, bem mais. A extensão rural é um serviço de educação, e o

¹ APAER





desenvolvimento humano que traz é visível no aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Em relação a ser mulher, eu trabalho na CATI, esse órgão estadual de extensão rural, e, por incrível que pareça, o nosso grupo de mulheres representa 2% do quadro de extensionistas. Em compensação, fico feliz em dizer que nós somos 40% das associadas da APAER, um número muito significativo. Isso retrata que as mulheres têm um apreço muito grande pela coletividade e acreditam na força da organização. O debate de hoje é um exemplo, e as quilombolas mostrarão que são batalhadoras nesse processo de organização e de mobilização da coletividade. Agradeço às amigas Dona Diva (Edvina), Nilce, Miriam e Vanessa por compartilhar conosco esse trabalho de luta e perseverança. Temos orgulho de vocês, orgulho das mulheres quilombolas, orgulho das mulheres agricultoras familiares de todo Brasil.

A coletividade na comunidade é que faz o desenvolvimento

Edvina Maria Tie Braz (Dona Diva)²

Boa noite a todos, vamos começar o trabalho! Estou muito feliz de participar. É coisa nova para a gente, mas é vivendo e aprendendo. Eu estou aprendendo, nunca é tarde para aprender. Já viu como é a história, a gente acha que sabe tudo, mas nunca sabemos tudo, sempre aparece uma coisa para mudar a gente para melhor. Eu estou contente de estar fazendo parte desse grupo, desse trabalho. Eu não tinha muito acesso, mas estou aprendendo aos pouquinhos... Hoje é a minha neta que está aqui comigo.

As mulheres sempre participaram de tudo desde época remota. As mulheres quilombolas têm realmente uma história de participação. Resumindo: as mulheres, antigamente, trabalhavam como sempre na roça. Era atividade, não existia outra. Era roça, era cuidar de filho, era cuidar de marido, cuidar de animais e tudo que existia para a subsistência dos antepassados. Então, a mulher sempre foi ativa em tudo. Essa atividade delas, chamada “tradicional”, foi passando para nós, uma passando o que sabe para outra. Nossas avós e bisavós tinham essa responsabilidade de passar: “olha, tal coisa é assim, assim, assim”. Enfim, tudo era passado dos mais velhos para os mais novos, não

² Comunidade quilombola Pedro Cubas de Cima

se estudava na escola, e assim foi indo até a minha geração, nos meus 76 anos.

Daí vem vindo, caminhando, essa evolução das mulheres, que tiveram muito entendimento, muito conhecimento. As mulheres tinham muitos filhos, depois já foi melhorando, foi diminuindo. Foram aprendendo

como fazer todo esse processo de evitação. Embora hoje ainda se tenha muita criança, já melhorou o entendimento delas e, de uns anos para cá, as mulheres vêm avançando, assim, muito, mesmo. Elas estão tomando um espaço até dos homens em muitos lugares e muitas repartições. A gente vê as mulheres com todo desenvolvimento, avançando. Mas elas ainda se preocupam também com a tradição e estão aprendendo com a gente. Sempre há alguém que chega na gente (os mais velhos): “ó, Dona Diva, assim, tal coisa”. A gente explica e continua com um trabalho ativo na comunidade, mas dando a oportunidade para elas aprenderem que, realmente, ser mulher é ser tudo.

Uma mulher só participa hoje em dia na política, na atual conjuntura em que vivemos, porque conseguimos ganhar essa participação com luta das mulheres. Foi tudo luta para participar no município, nos conselhos que poucas pessoas participavam, nas viagens para buscar benefício. Antes, sempre eram os homens quem iam. Hoje, as mulheres já estão tomando essa posição de ir, em busca das melhorias da comunidade. Eu vejo realmente que as mulheres estão atuantes mesmo.



Costumo dizer que nós, numa comunidade quilombola, temos que dizer o seguinte: “eu sou quilombola”. E assumir realmente, através de suas associações, o que é ser quilombola. É estar participando em coletivo, coisa que sempre teve em quilombo e a gente se preocupa com isso. Porque a coletividade numa comunidade é o que faz o desenvolvimento. Buscar para todo mundo, e não naquele individualismo que vivemos hoje. No nosso país, somos educados pelo individualismo: “eu quero para mim, salve-se quem puder”. No quilombo, a gente sempre viveu diferente: “é para nós, é para todos”. Sempre teve aquele quilombola mais velho que orientava as pessoas nesse sentido. Tratando-se das mulheres, nós hoje temos esse trabalho de continuar essa coletividade. É no trabalho na roça: “vamos trabalhar juntos”. Se a fulana tem uma roça, nós vamos lá fazer umas horas junto, lá com ela, para ela também ter. Em outro dia, vamos a outra. A gente trabalha dessa forma para elas aprenderem que o coletivo é realmente isso: pensar em todos, e não pensar só nela, nos filhos, no marido. A gente continua essa luta, porque nós não queremos o individualismo. Nós queremos o coletivo, na comunidade, através da associação. Ensinamos que só conseguimos algo via associação, porque a associação é o coletivo de todo o bairro, de toda a comunidade. Ali nós estamos juntos. Qualquer coisa acontece e os fiscais da associação já vão perguntar: “com que ordem você está fazendo isso?”. Nós conservamos a mata e a natureza. Nós nos preocupamos muito com isso, em saber como as pessoas estão trabalhando na roça, até para não ter perigo de alguém ser multado e ficar com problemas depois. Essa é a preocupação da associação com seus sócios, com a comunidade: fazer com que todo mundo trabalhe e tenha sem prejudicar o território da associação, que é de todos nós.

Perguntaram se, na pandemia, os jovens estão voltando às comunidades, e como está sendo esse retorno. Realmente, muitos estão voltando para a comunidade. Vários eram jovens que estavam anos fora e, de repente, chegam na comunidade sem um meio, digamos, de começar a viver ali de novo. Quando eles vinham, era uma vez ou outra, em férias da firma onde trabalhavam. Demoravam para vir, chegavam, ficavam alguns dias e já voltavam por causa do trabalho. De repente, voltam sem emprego. Eles vêm meio assustados, se perguntando como vão ficar na comunidade. A gente fala o que tem na comunidade: é serviço de roça. Fica aquela situação sobre como e onde eles vão morar. Alguns quilombos, no caso do meu, não têm espaço para alocar eles num lugar próprio para fazerem uma casa ou tocar um serviço de roça. O espaço na comunidade é grande, mas tem todo um regulamento da lei que a gente conhece – e o que tem está na mão de terceiros. Nós estamos sem espaço para alocar essas pessoas que estão retornando para a comunidade. Então, nosso trabalho é fazer com que eles tenham um apoio, porque estão psicologicamente abalados. A associação tem que conversar com eles e dizer “aqui é assim, assim, assim, tem que tomar cuidado para não sair muito para a cidade”. São coisas que parecem banais, mas que são muito importantes para nós: essa orientação e o local para eles trabalharem. Nós estamos dividindo a área de roça para eles também plantarem.

Outra pergunta é sobre o futuro das mulheres quilombolas. A gente se balança sobre o que dizer do futuro das mulheres quilombola, e por quê? Eu digo uma coisa muito importante para nós. Algumas mulheres quilombolas, hoje, estão se casando com estranhos, com terceiros. E, por elas estarem na comunidade, a gente percebe que estão sendo mandadas e isso traz problemas para



comunidade. Eles ficam fazendo a cabeça delas. Isso é sincero, eu convivo, eu vejo isso na comunidade. Muitas das mulheres que são casadas com terceiros não assumem a si mesmas. Os maridos assumem a vida delas e, com isso, elas vão deixando a comunidade de lado e vão assumindo outras funções, não participam. Estamos sentindo isso na pele.

Imagine se várias mulheres forem casar com terceiros. Daqui a pouco, eles estão mandando na comunidade. Eles estão trazendo o sistema de vida deles para a comunidade e é isso o que eu vejo como um perigo para comunidade.

A gente ainda fala muito com elas, convida para curso, mas elas não vão, não participam. Poucas delas participam de reunião interna na comunidade e a gente está muito preocupada com isso. Algumas delas chegam até a vender a casa delas, induzidas por eles, que dizem “vende, porque a gente não vai morar aqui”. De repente, você vê ela, até com ele mesmo, com os filhos, buscando lugar na comunidade de novo, porque “pra lá não deu certo”. Em duas comunidades vizinhas está assim. Não sei em outras, mas já escutei de alguns mais velhos de outras comunidades a preocupação com o futuro dessas mulheres quilombolas.

Dentro dos quilombos, as mulheres permanecem

Vanessa de França³

Estou muito agradecida e cumprimento Dona Diva e Nilce, as irmãs de batalhas do dia-a-dia. Ultimamente não podemos nos encontrar por causa da pandemia, mas a gente ainda vai ter a oportunidade de estar juntas. Eu cumprimentei primeiro Dona Diva, que abriu a fala, e não poderia ser diferente, porque eu tenho um grande respeito pelas nossas mulheres do quilombo. São elas, as mulheres mais velhas, que nos inspiram a participar dentro da comunidade, a fazer parte da associação. A gente vem participar e tem elas como nossos espelhos. Temos muito respeito e aprendemos muito com as nossas anciãs, as mais velhas.

Ser uma mulher negra e quilombola é sinônimo de resistência e de força. Carregamos o peso da luta em nome das nossas ancestralidades e a preservação da cultura é a nossa identidade. A luta pelo território é o que nos mantém vivas. Sem o território, nós mulheres também não seríamos o que somos hoje. Para vencer a luta pelo território, é muito importante a participação de nós mulheres na questão das políticas públicas. E falo assim porque participei da coordenação da Cooperquivalente (Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira) em 2014 e 2015.

³ Quilombo São Pedro – Coletivo Mulheres Quilombolas na luta

Eu vejo o protagonismo das mulheres enquanto detentoras dos nossos saberes, que nos foram passados através das nossas mães e nossos pais. Dona Diva falou que tem 76 anos e eu estou com 33. Ainda estou no caminho perante o que ela e tantas outras mulheres representam aqui, dentro das nossas comunidades. Sobre a participação de nós mulheres nas políticas públicas, aqui eu falo pela minha comunidade, nós somos muito ativas. Participamos de todas as decisões. Inclusive, quando estava ocorrendo um projeto do programa Microbacias II, a coordenadora da associação era mulher e nós mulheres estávamos muito ativas ao redor dela. Tudo o que acontece dentro da comunidade também reverte em nós.

A participação nas políticas públicas, como o PAA e o PNAE, nos dá uma liberdade. A gente faz todo o serviço: serviço da horta, tirar nossas verduras da horta, nosso trabalho com nossos maridos, ajudar nossos maridos a cortar banana. A gente também está lá no trabalho pesado junto com nossos maridos. Isso reverte na questão do que nos dá autonomia. Quando aquele dinheiro chega dentro de casa, não vai só para mão do homem, vai também para a mão da mulher. E isso gera o quê? Gera mais autonomia para a mulher, porque a gente fala, a gente tem o nosso dinheirinho, o nosso ganho. A gente não precisa ficar pedindo nada para o nosso marido. A gente vive dentro das comunidades e vê ainda a dificuldade de as mulheres terem seu próprio ganho. Então, essas políticas públicas nos ajudam muito a nossa autonomia financeira. Quando não tem autonomia financeira, a gente se vê parada, não vai para frente. Querendo ou não, muitas e muitas se sentem envergonhadas de ficar toda hora tendo que ficar pedindo dinheiro para o esposo. A política pública ajudou muito as mulheres, e estaria ajudando mais se não tivesse diminuído drasticamente.

Na Associação do Quilombo São Pedro, compramos um trator e um caminhão que hoje são geridos por um grupo de trabalho com a responsabilidade de duas mulheres. Fomos ocupando aquele espaço que antes achavam que só os homens tinham conhecimento para fazer. A partir daí, a gente vai sentindo “opa, esse não é papel só do homem, eu também consigo fazer”. É claro que muitas vezes a gente pede auxílio, mas a gente vai criando autonomia também para gerenciar aquilo que vem de dentro da comunidade e que, antigamente, os homens eram quem gerenciava. Temos grupos de trabalho e, assim, conseguimos gerenciar dentro da comunidade, dentro da associação, e conquistar autonomia.

A gente sabe que precisa da criação de políticas públicas específicas para as mulheres quilombolas, porque ainda tem muito pouco. Eu estou com 33 anos, mas sei o histórico das lutas das mulheres por essas políticas públicas. Elas começaram a luta em 1986 para termos, hoje, essas políticas alcançadas por elas, que ainda são poucas, têm muito a ser mudado. As mulheres sempre estiveram presentes na luta.

Eu me lembro de estar dentro de casa, meu pai sair em busca de algum benefício para a associação e minha mãe segurar a casa durante uma semana. Sempre se fala que os homens saíram para a luta, para a benfeitoria para a comunidade, mas eram as mulheres que seguravam a barra dentro do quilombo. As mulheres sempre estiveram dentro das comunidades. Se acontecesse algo diferente e os maridos delas não estivessem, eram essas mulheres que encaravam. Os homens vão para a luta, mas as mulheres permanecem. Eu tenho uma história. Nós, dentro dos quilombos, sabemos que essas políticas públicas chegaram de 2003 para cá. Antes disso, qual era a economia dentro do quilombo? Era o extrativismo. Muitas das vezes,

os homens saíam para ir para o mato e as mulheres tinham que ficar dentro de casa. Uma vez, minha mãe enfrentou um policial ambiental que queria tirar o instrumento de trabalho da minha família, que era o burro. Ela chegou a tomar o burro da mão do policial ambiental por saber que aquilo era o ganho da minha família. Nós mulheres sempre estivemos no protagonismo.

Essas políticas públicas só vieram de 2003 para cá. Antes disso, presenciei sempre as mulheres no serviço da roça junto com seus maridos. Não poderia ser diferente. Na minha família, na família da minha mãe e de tantas outras mulheres dentro dos quilombos, o nosso trabalho é o trabalho da roça, o trabalho da horta e de tantas outras coisas.

Eu vejo no horizonte das mulheres quilombolas a gente avançar nos estudos. Porque, hoje, estamos alcançando também essas políticas públicas de educação, poder fazer uma faculdade. Nós mulheres estamos caminhando e daqui a dois, quatro anos podemos, por exemplo, lançar mulheres do nosso meio como candidatas a vereadoras, para

estarmos dentro da política também e trazermos mais benfeitoria para o nosso povo. Infelizmente, nós quilombolas não somos bem olhados dentro do município e do Estado. Agora, estamos passando por esse momento difícil e não chegou ninguém do município ou do Estado dentro do quilombo para perguntar “como vocês estão?”



Nós mulheres queremos políticas públicas não só para nós enquanto mulheres, mas para os nossos, para nós, quilombolas. Tem a nossa inquietação enquanto mulheres, tem o racismo institucional, o racismo ambiental e as violências por nós experimentadas. Nós queremos chegar muito longe, já chegou o momento de sermos vistas. Sofremos um racismo muito forte e que nos dói muito enquanto mulheres. Você está no município e ouve pessoas falarem “eu não vou dar aula naquele quilombo”, “eu não vou para aquele lugar que é muito longe”. Nós queremos ocupar os espaços, alcançar os lugares. Queremos os lugares que outras mulheres alcançam: dar aula no nosso município, dar aula nas nossas escolas quilombolas, dar aula na nossa escola estadual... Hoje, temos uma coordenação de diretoria de escola no município, mas não é coordenada por nós mulheres, e sim por pessoas da cidade. Se os outros podem, nós também podemos.

Eu vejo que o caminho é através dos estudos, da educação, da formação. Estamos formando muitos jovens que estão indo para fora para estudar, graças às políticas públicas. Antigamente, não tínhamos isso. E temos a sabedoria das nossas mais velhas. Elas são nosso tripé. Elas falavam “vão, nós seguramos o território”. Acho que nós temos que ir buscar e trazer conhecimento. Elas nos amparam e nós temos que ir. Nós, enquanto mulheres, queremos alcançar esses lugares que também são para nós, mas que infelizmente ainda não alcançamos. Mas têm muitas mulheres que já são especialistas em educação, doutoras. Eu estou fazendo Pedagogia junto com mais sete pessoas na comunidade. Aqui no quilombo só temos um professor, que dá aula na Escola Estadual, do 6º ano ao Ensino Médio. Com o exemplo dele, a gente quer alcançar também esses espaços. Muitas mulheres ainda não chegaram nesse nível de formação, mas é o que pretendemos para daqui a muito pouco tempo.



Nós quilombolas sofremos um racismo muito forte por parte do presidente. Além disso, muitas pessoas nem sabiam que existiam as comunidades tradicionais, os quilombos. Aí está a importância de estudar sobre isso nas escolas. A partir do momento em que as pessoas têm conhecimento, têm argumentos para dizer para outra pessoa: “não, não é nada daquilo que você está falando, isso é diferente, eu conheço aquele povo, eu sei a história daquele lugar”.

Alguém perguntou que tipo de política pública seria mais urgente para as mulheres nesse momento. Em 2019, dentro dos quilombos ocorreu um ciclo de mortes de mulheres jovens quilombolas, sendo uma causa marcante o suicídio. Nós tivemos em 2019 três suicídios de meninas quilombolas. Junto a esse problema dos suicídios, é preciso dizer que as mulheres quilombolas vivem a automutilação, a depressão de mulheres adolescentes e jovens adultas, o êxodo rural por causa das práticas homofóbicas e a violência física que



essas mulheres sofrem, além do aborto inseguro. Nossas inquietações como mulheres quilombolas estão pulsando.

Em setembro de 2019, nós mulheres de mais de três quilombos montamos um coletivo de mulheres quilombolas na luta. Trabalhamos o movimento social feminino quilombola, as temáticas específicas das mulheres. Nós priorizamos uma pauta e, a cada rodada, a cada mês, fazemos uma discussão dentro do movimento para falar sobre esses processos. A cada encontro a gente discute uma temática e fala sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres.

Uma emergência é a questão da saúde. A gente pode estar bem de tudo, mas se não tivermos a nossa saúde a gente não fica em paz, principalmente as mulheres quilombolas. Acho que isso é de todas as mulheres, a gente tem uma dificuldade muito grande para acessar um exame ginecológico sem tanta burocracia. E não pode escolher, enquanto mulher, o momento em que queira ter um filho e o momento que não queira. Meu marido tem que dar uma autorização se eu quiser fazer uma laqueadura. Essas políticas públicas são de total importância para nós mulheres – não só para nós enquanto mulheres negras e quilombolas, mas também para todas as outras mulheres. O atendimento nessas políticas voltadas para as mulheres é muito defasado. A gente faz um exame ginecológico e tem acesso a esse exame só três, quatro ou mesmo seis meses depois. Queremos agilidade nesses atendimentos e também autonomia sobre o nosso corpo. A gente precisa ter esse poder de escolha: “agora quero ter um filho”, “agora também chega, não quero ter mais um filho”. Quando

eu vou para o planejamento familiar, o meu marido também tem, é claro, que optar por isso. Mas queremos ter a nossa autonomia sem ninguém falando “eu assino isso ou não?”.

Outras pessoas perguntaram “como é a divisão tarefas?”. Essa divisão de tarefas infelizmente ainda está muito pouca. Se eu quero, por exemplo, ir a uma reunião, eu participaria se o meu marido ficasse em casa com as crianças. Eu traria o conhecimento e partilharia dentro da minha casa. Eu participaria bem melhor da reunião se houvesse mais essa divisão, que ainda não existe, com os nossos companheiros. Não só lá fora, mas também dentro do quilombo, há muito machismo ainda. Muitas mulheres ainda pedem permissão do esposo para ir. “Se ele não deixar, eu não vou”. A divisão de renda é outro assunto. Muito casal que conheço trabalha junto. Dentro da minha casa, essa questão funciona assim: a gente cuida, paga as contas da casa e o que sobrar daquele valor a gente divide ou guarda e, assim, a gente vai fazendo.

Não existe quilombo sem território, não existe identidade sem espaços

Nilce Pontes ⁴

No dia 25 de julho, falamos da agricultura familiar e da importância das mulheres negras na luta, por ser o dia de Tereza de Benguela. Nós nos sentimos honradas por estarmos nos comunicando através dos nossos movimentos, dos nossos espaços de lutas. Nós mulheres pretas, quando ocupamos, esses espaços temos que fazer por onde. É um desafio enorme seguir os passos da Dona Diva, que foi uma das precursoras na nossa caminhada. Tudo o que a gente sabe hoje foi graças a essas mulheres porretas que estiveram na frente nos ensinando, nos mostrando os caminhos. E Vanessa é uma nova aprendiz que tem se destacado no movimento, à frente da luta das mulheres no Vale do Ribeira. É bom encontrar os companheiros das instituições do Estado, porque é um desafio nos mantermos e nos relacionarmos com as instituições de Estado – um desafio que a gente enfrenta no nosso dia-a-dia, no nosso período de luta. As comunidades aqui no Vale do Ribeira vivem o racismo

4 Associação dos Remanescentes de Quilombo dos Bairros Ribeirão Grande e Terra Seca e CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

institucional. Temos aqueles funcionários que não estão nem aí com as nossas lutas, mais preocupados com seus salários, com suas vidas. E também temos algumas joias nesses espaços, nessas estruturas de Estado, companheiros que sempre estão juntos com a gente e nos dão algum suporte.

Desde 1986, existe a luta das mulheres no Vale do Ribeira. A CONAQ se consolidou em 1996 e, só em 2015, conseguimos criar o coletivo de mulheres da CONAQ e falar um pouco mais de nós – não só para nós, também para fora, para nos expressarmos. A experiência aqui do Vale do Ribeira tem nos enriquecido cada vez mais. Os desafios que nós enfrentamos quando se trata do cuidado, do bem-estar, da preservação dos nossos territórios e das nossas identidades e dos nossos credos também, tudo isso é muita coisa para nós mulheres carregarmos.

Eu me sinto fortalecida sempre que encontro essas guerreiras que ajudam a gente a entender: “eu sou mulher, eu sou mãe, eu sou agricultora, eu sou professora, eu sou militante”. E como a gente faz tudo isso? É preciso muita concentração para entender a importância da luta pelo nosso território e pela nossa ancestralidade. E a gente encontra muitas barreiras. Quais são elas? Tem barreiras dentro do espaço da educação, como a Vanessa colocou na fala dela, que foi muito pertinente. Precisamos de mulheres formadas nos quilombos, precisamos de pessoas que respeitem a história e o espaço de cada território. Dentro da grade curricular do Estado não existe um programa específico de educação direcionado às comunidades quilombolas ou que, ao menos, atenda às necessidades específicas dessas regiões. Isso tem sido um desafio para nós, e me anima ouvir a Vanessa, mais uma companheira lutando para se formar.

Eu fui me formando no decorrer da luta. Nós mulheres negras, tudo o que conquistamos é porque fomos fazendo um monte de coisas ao mesmo tempo e seguimos vendo o que é necessário. Na saúde, precisamos do atendimento específico, porque tem as técnicas e práticas das comunidades que não estão dentro das medicinas tradicionais e que, muitas vezes, não são discutidas dentro da estrutura de Estado. Elas precisam ser trabalhadas dentro do Estado, da assistência técnica, da academia, dialogando com as comunidades, porque não adianta construir para nós sem nós. Muitas vezes, a gente entra em atrito dentro das instituições justamente por causa dessa postura de “eu estou fazendo, estou executando, eu estou construindo uma ação para o quilombo”. Qual é a participação dos quilombolas nessa construção política, econômica, social? São fatores que fazem a gente pensar: até que ponto estão de fato desenvolvendo essa comunidade? Até que ponto estão trabalhando em prol e dentro da realidade desses povos?

Agora, enfrentando a pandemia, temos feito enquanto movimento alguns levantamentos e entendido o quanto há de impactos para as comunidades. Ao mesmo tempo, não existe uma ação informativa, uma ação intensiva de cuidado dentro das comunidades. Acompanhamento médico, segurança, educação... Tudo aquilo que sempre nos foi negado e hoje percebe-se mais nitidamente como afeta o dia-a-dia das comunidades. Aqui na roça, podemos dizer que o nosso escape é produzir, produzir, produzir cada vez mais alimentos. Mas a gente não vive só no contexto da produção de alimentos. Nós temos outras questões que são pertinentes aos territórios, que já era negadas por parte do Estado antes e, agora, ficaram mais acirradas ainda.

Conversando com algumas comunidades no entorno, a gente vê que muitas crianças não estão conseguindo acompanhar a escola e fazer os trabalhos pela rede porque as comunidades não têm acesso à comunicação, à internet e à telefonia rural. Assim, é impossível que essas crianças consigam de fato se desenvolver nesse contexto da pandemia que atinge a educação. Além disso, se não tem telefonia e nem forma de se comunicar com o município, como é que eu notifico que tem uma pessoa passando mal dentro desses territórios? A gente está tendo muitos problemas nesse sentido e tudo isso só reforça que a mão do Estado está distante da realidade das comunidades quilombolas. Estamos falando aqui das comunidades quilombolas, mas há outras comunidades, como os indígenas, ribeirinhas, caiçaras e os demais povos que também estão nessa situação.

Falo isso porque os governos que nós temos – o governo de São Paulo e o governo federal – vão na contramão da realidade dos povos. É um governo que diz que vai desenvolver o país e o Estado economicamente. Mas até que ponto o desenvolvimento econômico é viável para esses territórios e povos? Precisamos refletir e entender até que ponto isso afeta o desenvolvimento das comunidades. É importante ressaltar a questão do acesso ao território. Nós – eu, Vanessa, Dona Diva – que estamos num território que supostamente está





regulamentado temos algum tipo de segurança, porque conseguimos produzir o nosso alimento, ter um território autossustentável. Mas como ficam as demais comunidades que não têm territórios, que não tem esse espaço de desenvolvimento? Essa é uma questão que a gente poderia pedir apoio às instituições de Estado, nossas parceiras, instituições públicas, Defensoria, Ministério Público. Até que ponto a pandemia está descobrindo as fragilidades dos processos de regularização de territórios? Falam de quilombo, mas fogem da questão da regulamentação do território. Não existe quilombo sem territórios, não existe identidade sem espaços. Nosso território é o nosso corpo e a nossa mente. Se eu não consigo desenvolver a minha mente de forma sadia, meu corpo também não vai se desenvolver. Terra e território são corpo e mente que precisam trabalhar conjuntamente e, se não houver cuidado, isso vai se perdendo na história. O Estado está perdendo o que ele tem de mais valioso, que é sua memória e sua identidade. Não é a identidade da Nilce quilombola, mas dos povos, dos povos que deram origem a esse território. Para nós, esse espaço sempre foi negado.

Hoje, a gente consegue fazer esse enfrentamento e impor o debate, mas até que ponto? Nós mulheres negras somos rotuladas no percurso. Eu mesma já fui rotulada muitas vezes e em vários espaços: “a Nilce é briguenta”, “a Nilce é encrenqueira”, “a Nilce é problemática”, “a Nilce

não bate bem”. Eu já ouvi essas frases várias vezes. Eu posso até não funcionar muito bem para os outros, mas pra mim eu entendo que eu funciono perfeitamente, psicologicamente falando, e continuo fazendo esse enfrentamento, porque eu não me abato. A gente fala dentro dos nossos espaços da solidão da mulher negra e, muitas vezes, não param para perceber isso na luta. Eu, a Dona Diva e a Vanessa somos as três palestrantes aqui hoje. Que dificuldades estamos enfrentando para fazer a luta e a defesa dos territórios? Para fazer o enfrentamento na construção de políticas afirmativas para o desenvolvimento não só de cada comunidade, mas de todas que estão no entorno? Existe um processo de difamação dessas mulheres e nós todas já passamos por isso em algum momento na nossa luta. E isso é o racismo institucional. A estrutura do Estado nos coloca em condição de pedinte. Às vezes parece que eu sou uma pessoa arrogante, porque eu coloco que eu não sou uma pessoa pedinte, eu sou uma pessoa, sujeito de direito. Eu sei quais são os meus direitos e sei quais são os deveres do Estado para com a minha pessoa – e, quando eu falo “a minha pessoa”, estou falando do meu território.

Muitas vezes, isso se torna uma ameaça e nós nos tornamos problemas. Nós mulheres nos tornamos desafiadoras de um sistema. Já é difícil para mulheres brancas se manterem nesse espaço. Imagine então uma mulher negra tentando se impor nesses espaços de lutas e enfrentamentos.

Seguindo no diálogo, é importante falar também sobre agricultura familiar, sobre os programas institucionais e como isso impactou nossas vidas. O PAA é um dos programas institucionais que têm dado dignidade aos povos desde que as comunidades passaram a acessá-lo, em 2015. Nós sentimos que há uma ameaça

por parte do governo para diminuir recursos e retirar a assistência técnica. Para nós enquanto comunidade, esse foi o primeiro programa que veio dar dignidade às comunidades, nos colocou no processo da produção do alimento e da comercialização e nos deu visibilidade. O retrocesso é muito grande. Um companheiro me disse que o PAA não acabou, mas mudou de nome. E eu pergunto: mudou de nome por quem? E para quem? Quando saiu o PAA surgiu o PPAIS. Cabe à gente entender o que isto significa. É um espaço de disputa entre produtores e poder público.

Nós produzimos o nosso alimento para nossa autossustentação e tendo certeza de que ele está fortalecendo também instituições públicas e não públicas que dependem de assistência. Para nós, é um orgulho imenso saber que o nosso alimento está ajudando a salvar vidas. Não adianta produzir o alimento e colocá-lo no mercado se ele não tiver saúde. Os produtos da agricultura familiar têm esse sentido, porque nós produzimos saúde. Nas comunidades quilombolas, toda a nossa produção é agroecológica. É comida de verdade que vai para mesa das pessoas que consomem esse alimento. Mais do que nunca, a gente vê isso ameaçado quando retiram esses orçamentos, quando cortam o PAA e dizem que voltarão a fazer compras institucionais de grandes empreendimentos.

Nós, os pobres, que já vivemos em condições de fragilidade econômica e social, voltamos a consumir e a ser aniquilados com o agrotóxico no dia-a-dia. Essas cestas de alimentos que o governo compra das empresas privadas nada mais são do que um pacote de agrotóxico. As pessoas já estão com a imunidade baixa e ainda têm que consumir esse tipo de alimento. A gente precisa entender até que ponto a solidariedade do governo está de fato ajudando



as pessoas. Dar alimento com agrotóxicos, com conservantes é a mesma coisa que diminuir cada vez mais a qualidade de vida das pessoas que já vivem numa situação precária. O PPAIS também é um programa de fortalecimento da agricultura familiar, outra conquista sob ameaça. Até que ponto os nossos filhos e netos nas escolas estão

sendo bem cuidados na questão alimentar?

Sobre a participação das mulheres, o programa Microbacias foi um programa que deu condições para que as mulheres participassem do processo de acompanhamento e exercício da política pública e da economia do Estado – algo que não era muito viável para nós antes, aqui, no Vale do Ribeira. As mulheres tiveram um papel muito fundamental nisso tudo. O PAA no Vale teve acompanhamento dos nossos companheiros, mas o que deu mais peso foi a produção das mulheres no entorno da casa, com as hortaliças, as verduras. As mulheres ajudaram a fortalecer o PAA, ajudaram a fortalecer os seus companheiros nos espaços como forma de resistência e preservação desse território.

A partir do momento em que retiram o recurso ou desvirtuam um programa, negam a participação efetiva dos povos nesses espaços. Fragilizar esses programas é, ao mesmo tempo, fragilizar a estrutura de Estado. A instituição pública da assistência técnica e da extensão rural está colocada como uma ferramenta de juguete.

Estão tirando emprego, fragilizando o acesso das comunidades. Bem ou mal, a instituição pública tem um papel fundamental de levar informação, possibilitar o acesso das comunidades. A fragilidade do Estado na execução e na elaboração do PAA e PPAIS nada mais é do que fragilizar e sucatear a estrutura pública. A estrutura pública do Estado é uma construção da sociedade, não do governo. Como é que a gente faz esse enfrentamento de defesa? Essa é uma pergunta para discutirmos juntas. Como é que nós, enquanto sociedade, fazemos o enfrentamento para que os órgãos e a instituição do Estado sejam ferramenta da sociedade e não do governo em si? Também precisamos debater com os parceiros que são técnicos.

Nossos corpos também são uma questão que a gente vem discutindo muito: até aqui ponto nós somos donas do nosso próprio corpo? Discutir essa temática dentro das comunidades é um desafio. Nós temos discutido muito sobre os cuidados das mulheres, que entram na esfera do corpo e, ao mesmo tempo, dentro da saúde tem o cuidado espiritual. Como é que nós tratamos, por exemplo, a questão do aborto? Tem formas e formas de fazer isso dentro dos territórios. Nós sempre fomos chamadas a discutir o machismo dentro das nossas comunidades. Elas têm uma estrutura diferente dos outros espaços e, por isso, o machismo vem num formato diferenciado. A abordagem sobre isso tem nos colocado muitas vezes no embate com o movimento feminista. Muitas vezes, acaba-se por não entender a realidade dos territórios. A questão do nosso corpo e da nossa espiritualidade tem que ser trabalhada dentro do feminismo. Isso tem nos colocado em disputa de espaço mesmo dentro do movimento feminista e do movimento das mulheres negras. Para nós, discutir o feminismo é discutir parceria, é discutir a forma de ouvir uma a outra e, ao mesmo tempo, ter poder de decisão

sobre o que queremos e podemos. Muitas vezes, a nossa posição tem sido desafiadora nessa construção coletiva do feminismo nos territórios quilombolas. Estamos abertas para continuar esse diálogo cada vez mais. O feminismo negro é importante e o feminismo das mulheres quilombolas também tem sua importância.

Cada um dos espaços periféricos, espaços urbanos, territórios tradicionais ou quilombolas tem sua especificidade quando se trata do direito e do acesso ao corpo. Nosso corpo, nossa mente, nosso território, nossa identidade, nossa memória, nosso espaço, nosso tempo são próprios de nós. Uma coisa que passa despercebida muitas vezes: o tempo das mulheres quilombolas é totalmente diferente do tempo das demais mulheres negras.

As políticas públicas e programas de comunicação não chegam às comunidades. Aqui na Barra do Turvo, Eldorado e Iporanga, só tivemos acesso à energia a partir de 2013. É uma das políticas básicas que só chegou na era Lula. A gente conseguiu ser beneficiado com o programa Luz para Todos e as comunidades conseguiram ter acesso à eletrificação rural. A comunicação foi outra política que a gente só conseguiu em 2013. Nas comunidades, o que se construiu em 2013 e 2014 ficou, e, de lá para cá, as comunidades que não tinha energia continuaram sem, quem não tinha comunicação continua sem comunicação. Ou seja, tudo aquilo que o movimento social defendeu e conseguiu implementar foi até 2013, 2014. De lá para cá, tudo se paralisou.

A questão da regularização dos nossos territórios, por exemplo: é só olhar o corte orçamentário na pasta do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para regulamentação

dos territórios quilombolas. Hoje, no Brasil, temos um total de cerca de seis mil comunidades com processos abertos no INCRA. Cada uma tem uma espera, tem uma situação em que o processo se encontra. Temos também os processos dentro dos estados, com outra forma de regulamentação que, muitas vezes, não é discutida a nível nacional. É importante que os estados e municípios trabalhem em parceria para garantir o processo de regulamentação desses territórios. A gente ouve que quem regulamenta território quilombola é o governo federal, mas, muitas vezes, essas áreas estão em terras que não estão dentro do arcabouço da União – estão dentro de áreas do próprio município, estão dentro de áreas do estado... Vocês entendem quando eu falei da questão do racismo institucional? Há várias formas de regulamentação do território quilombola, mas eles não se regulamentam por quê? Por que as comunidades não são tituladas? E não é só o processo de titulação. Para aquelas que foram tituladas, qual ação está sendo feita para publicação do registro desse título? O registro do título é um dever da instituição pública em diálogo, em jogo aberto com a comunidade. Até que ponto eu posso ajudar essa comunidade? Até onde eu consigo? E por que não consigo? São vários os entraves que enfrentamos no processo de regularização dos nossos territórios.

As principais propostas de políticas públicas passam por executar as políticas de ação afirmativa dos povos e comunidades tradicionais. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais não é exatamente aquilo que a gente quer, é o que mais ou menos nos favorece, mas nenhuma das ações propostas lá caminhou. Se alguém puxar pela memória, pode dizer que tem o Programa Brasil Quilombola, que nunca saiu do papel. Todas as ações que os movimentos e comunidades

tradicionais demandaram estão nesse plano, que deve estar perdido em algum lugar.

Tem também as políticas específicas para as mulheres. Desde 2014, vimos a extinção da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), e ações afirmativas foram desmontadas, destruídas mesmo, com orçamento cortado. Desmobilizam pessoas e desarticulam pasta. Nós não temos nenhuma ação a não ser a dos movimentos parceiros, que têm feito algumas ações afirmativas através de projetos, recursos específicos das ONGs, mas não do governo.

Um exemplo é a questão do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Qual crédito específico para mulheres conseguiu ser implementado? A gente está demandando, solicitando, cobrando, encrencando... Já que eu sou encrencadeira, então continuo.

As lógicas e os tempos da vida devem organizar as políticas públicas

Miriam Nobre ⁵

Às vezes, quando a gente fala do protagonismo das mulheres na luta e no trabalho, é como se a gente quisesse encaixá-las em alguma coisa que já existe. Mas o que estamos compartilhando aqui é que, para a gente falar do protagonismo das mulheres, temos que mudar nossa visão do que é luta e trabalho. Falamos de comunidade, de natureza, de cuidado, de coisas cotidianas como parte da luta e do trabalho.

Descobri sobre Tereza de Benguela que, no quilombo que ela liderou por tantos anos, tão forte, elas e eles, negros e indígenas que moravam juntos (como as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira), tinham a habilidade da forja, de derreter algemas e correntes e transformá-las em objetos úteis para nós. Acho que essa vontade de derreter as coisas que nos oprimem para fazer coisas úteis está nos guiando esses dias.

Começando pelo estado de São Paulo, no Censo Agropecuário de 2017 conseguimos, pela primeira vez, inserir a categoria “raça”.

⁵ SOF Semprevida Organização Feminista

E vi ali, então, que o nosso campo é mais branco do que o resto do Brasil. No Brasil, 53% das pessoas que são responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários são negros; já aqui em São Paulo é um pouco mais de 25%. É muita diferença. Eu pensei que talvez o Estado de São Paulo não seja, assim, tão negro. Mas também não é verdade porque, embora o Brasil tenha uma população negra maior do que o estado de São Paulo, aqui a população negra é quase 40%. Então o que esses dados estão falando para nós? Que tem um processo de expulsão da população negra dos seus territórios. Isso é um ataque a essas pessoas e é também um epistemicídio, porque estão sendo perdidos os conhecimentos dessa população negra, quilombola, de comunidades tradicionais e comunidades caiçaras.

Vou usar duas aproximações da estatística para dizer que o nosso campo aqui em São Paulo também é mais machista. Uma informação que a gente levanta no Censo Agropecuário é o sexo do produtor responsável por cada estabelecimento. No Brasil, as mulheres respondem por quase 19% (e aumentou do último Censo para cá). Aqui em São Paulo, são quase 13%. Outro indicador que a gente propôs para esse Censo foi perguntar quem é responsável pelo estabelecimento. É o casal? Vocês dividem as responsabilidades como a gente imagina que é numa agricultura familiar, que tem uma responsabilidade compartilhada? Enquanto no Brasil a responsabilidade é conjunta do casal em pouco mais de 20% dos estabelecimentos, aqui em São Paulo o número não chega a 12%. As mulheres ainda são vistas como ajudantes e todo aquele trabalho realizado na horta e no quintal, que sustenta a agricultura, ainda não é considerado parte das decisões compartilhadas dessa unidade de produção.

O Censo também traz o dado sobre orientação técnica, que é bem triste porque mostra o desmonte que diminuiu a presença do Estado. Aqui no estado de São Paulo, diferente dos outros estados, o principal provedor de orientação técnica não é o governo, e sim as próprias pessoas. Essa situação piorou em relação ao Censo anterior.

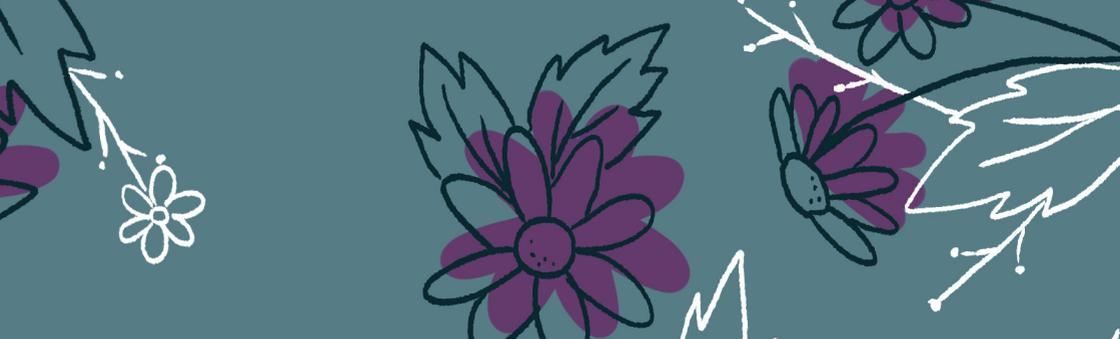
Esta semana, em um grupo de feministas agroecológicas, aconteceu uma grande discussão sobre a palavra “agroecologia”. A gente pensa e atua na agroecologia juntando três dimensões: agroecologia como prática, como ciência e como movimento. Quando a gente separa uma dessas fica troncho, cai, tem que ter três pés. Quando as pessoas olham para a agroecologia só como técnica, ela é muitas vezes tomada como um modelo produtivo que chega sem reconhecer os saberes das comunidades. Além de tudo, fica dependente de insumos externos, que podem não ser veneno, mas que também vêm de fora – e a compra muitas vezes se dá por processos de endividamento.

É aquela ideia de não reconhecer o que as pessoas já fazem, e sim querer inclui-las em outros processos. Isso acontece muito com as mulheres. Ao invés de reconhecer toda a contribuição que as mulheres já têm na produção para o autoconsumo, inventam projetos para as mulheres entrarem – ainda por cima, na lógica da dívida. A dívida coloca um tempo para a gente adicionar valor ao produto, naquele tempo definido para remunerar o capital financeiro. É justamente essa lógica do capital financeiro que corrói a lógica das comunidades da agricultura camponesa, familiar e das comunidades tradicionais – tanto quando a gente pensa em cada família e cada pessoa, quanto quando a gente pensa no Estado.



Quando o Banco Mundial coloca recursos na forma de programas e projetos, está com a expectativa de retorno numa lógica de banco, numa lógica de financeirizar a nossa vida. Acho muito importante a gente conversar sobre isso nesse momento em que a economia está afetada pela pandemia e que a gente está numa disputa sobre qual é a reativação econômica que queremos. É uma reativação econômica que vai nos endividar mais como pessoas e como povos ou é uma reativação econômica que vai organizar a economia com base na sustentação da vida e no cuidado?

Por isso, a importância de fortalecer o Estado e as políticas públicas. Quando começou esse momento da pandemia, nós, como movimento social, começamos a falar “não podem parar o PNAE, as escolas estão suspensas, mas não podem parar o fornecimento de alimentação escolar, a compra da agricultura familiar, até para garantir a saúde da população”. A gente sabe que tem criança que só come, no dia, o que recebe na alimentação escolar. A gente começou a pensar sobre a estrutura das escolas: com a merenda terceirizada, sem ter servidor público, as trabalhadoras das empresas terceirizadas em condições muito precárias. Quando a gente começava a falar que era importante retomar a merenda, as pessoas ficavam preocupadas com as condições de trabalho daquelas pessoas que iriam fazer isso, que muitas vezes nem estão nos sindicatos por não serem servidoras públicas. O que a gente está percebendo com essa pandemia? A



necessidade de ter Estado forte, em que os recursos orçamentários sejam utilizados para isso, e não para pagar a dívida, não para reativar ou manter em funcionamento as empresas.

Sinceramente, no que interessa recuperar uma empresa de aviação ou de agronegócio ao invés de colocar recursos públicos na contratação de servidores no Estado – inclusive para fazer uma extensão rural com ciranda para as crianças, para a gente não precisar ficar se desdobrando em três. Em uma equipe de extensão rural dá até para revezar, “hoje estou tocando a reunião, amanhã estou cuidando da ciranda”. Mas tem que ter mais gente para cuidar de tudo isso. A gente precisa falar sobre qual é a extensão rural que a gente quer, o que isso demanda do Estado (concurso público, servidores ganhando bem, estrutura), e defender isso como parte da política do Estado.

Se a gente pensa agroecologia como prática, ciência e movimento – e construção coletiva do conhecimento por meio do intercâmbio de saberes –, reconhecemos que as comunidades têm um saber muito valioso, que a gente nunca vai (nem deve) conseguir transformá-lo na linguagem das instituições. Porque as nossas palavras até fazem perder a riqueza desse conhecimento todo. Se é assim, nunca o Estado sozinho vai dar conta de fazer essa construção coletiva do conhecimento, de fortalecer essas comunidades, de proteger e defender esses conhecimentos que passam necessariamente por essas pessoas, nesses territórios.

Estamos vendo e reconhecendo como o trabalho realizado pelas mulheres na produção para o autossustento nas comunidades tradicionais não é só o autossustento da família de cada uma. É daquela parte da família que está morando na cidade, daquelas pessoas da comunidade que por alguma razão não estão dando conta de trabalhar, é toda aquela comida que a gente doa na igreja, doa na creche, que a gente sustenta essa vida toda. É a reprodução da vida que está sendo sustentada assim. Então, além do Estado forte, de políticas públicas, a gente precisa construir parcerias público-comunitárias. O que isso significa? Quero falar brevemente do que não se trata. Essa doença que tomou o Estado brasileiro e do mundo é a parceria público-privada: é ter como base a lógica das empresas. Como é que as empresas funcionam? O objetivo das empresas é dar lucro para o dono. Elas pensam serviços focados no lucro, têm regra de eficácia, eficiência, resultados quantitativos que são medidos num determinado tempo. Tudo no sentido de remunerar o capital do dono, gerar lucro. Isso não tem nada a ver com a lógica do Estado, isso é dar clo-roquina para tratar pandemia. E a gente sabe que isso não funciona, ainda mais nesse momento que estamos vivendo.

Os trabalhadores estão em condições cada vez mais precárias na relação com as empresas. Os entregadores de aplicativos estão falando: “nós entregamos comida com fome”. Se a gente não enfrentar a forma como as empresas estão organizando o trabalho, daqui a pouco, nós podemos estar trabalhando desse jeito, fazendo extensão rural por aplicativo. É esse tipo de lógica que a gente não pode aceitar. Não podemos aceitar a lógica das empresas privadas organizando o que é a ação do Estado. Temos que diminuir a presença e o poder político do mercado organizando a nossa vida, as nossas comunidades e o nosso país. Quando a gente fala de parceria público-comunitária, não

é essa lógica que a gente quer. Não é mobilizar o trabalho voluntário e de cuidado das mulheres de forma instrumental e complementar ao que Estado não faz – “o Estado não tem servidores públicos, tem pouco recurso, vamos lá mobilizar as mulheres para distribuir cesta, para dar conta de tudo, porque elas dão conta mesmo...”. Não é isso. A proposta da parceria público-comunitária é aprender com as lógicas econômicas e os tempos das comunidades tradicionais e ser isso o que organiza a lógica de funcionamento do Estado, na sua responsabilidade de redistribuir a riqueza e fortalecer a vida de todas e todos. Se não fossem essas mulheres, a gente não ia ter mais semente, a gente não ia ter mais conhecimento, a gente não ia ter cuidados e resistência para seguir fazendo agroecologia e para seguir vivendo bem.

A pergunta que me fizeram é se eu avalio que o colonato aqui em São Paulo contribuiu para o campo paulista ser mais branco e mais machista. Para mim, a explicação tem mais a ver com o fato de ser mais forte a terra como mercadoria aqui no estado de São Paulo.

Em relação às mulheres, o que a gente vê é que o acesso das mulheres à terra se dá pela reforma agrária (quando tem política de ação afirmativa) ou por herança. Mas sabemos como é a família patriarcal e conhecemos inúmeras histórias de mulheres que, na hora de dividir a herança da família, ficaram com uma vaca ou uma máquina de costura. Ainda que exista o direito legal, elas são empurradas a não demandar o seu direito à terra. Mesmo assim, o acesso das mulheres por herança é maior do que o acesso via mercado. Minha hipótese é a de que, no estado de São Paulo, essa ideia forte da terra como mercadoria, aumenta o preço da terra e exclui as mulheres do acesso pela compra, mas é preciso seguir pensando sobre isso.



Outra questão tem a ver com a chamada economia verde. Na SOE, temos desenvolvido uma crítica junto com as companheiras da Barra do Turvo sobre essas políticas de financeirização da natureza. Nós somos instigadas pela Nilce a pensar mais sobre isso, temos uma publicação recente sobre o assunto⁶. Se alguém quiser continuar conversando sobre esse assunto, é apavorante, mas a gente gosta.

Para terminar, fico com essa ideia da comunidade, dos comuns como uma forma de organizar a economia e a vida, a relação com a natureza, reconhecer que somos todos natureza, que o corpo é um território, e que podemos aprender outras formas de organizar a memória e os tempos.

Sintetizando os aprendizados

Kellen Junqueira ⁷

Eu fiquei com a responsabilidade de sistematizar a fala das companheiras porque, de alguma maneira, a gente pretende dar continuidade a esse encontro aprofundando alguns temas. Isso é uma grande responsabilidade porque, além desse trabalho de digitar e sistematizar, destacar o que é de fato prioritário é um grande desafio. Então, estou aqui então já assumindo o limite desse lugar. Vou compartilhar com vocês o que para mim foi importante das falas.

Achei muito interessante que Nilce, Dona Diva e Vanessa falaram muito dos conhecimentos tradicionais e da presença ainda forte deles dentro das comunidades e das experiências que elas vivem. A Dona Diva, em especial, ressaltou que ainda vê as mulheres preocupadas com essa tradição que era transmitida dos mais velhos para os mais novos. Outra dimensão que a Dona Diva também trouxe é a questão da participação e da coletividade. Ser quilombola, se assumir nessa condição, se dá através da associação. É através dessa participação na coletividade que acontece o desenvolvimento das comunidades. Outra questão que todas elas ressaltaram é a da luta pelo território, que está colocada para todos – não tanto, como destacou a Nilce, para as comunidades a que elas estão vinculadas, mas para várias outras comunidades em que ainda não há um processo de regulamentação.

7 SOF Sempreviva Organização Feminista

Vanessa destacou o papel das políticas públicas para propiciar autonomia para as mulheres. Essas políticas reforçaram o protagonismo das mulheres, trabalharam muito nesse sentido. Da fala da Vanessa, o que para mim ficou em destaque é que, através dos estudos, da educação, da formação, elas pretendem fazer uma ocupação tanto dos espaços internos dentro dos quilombos quanto dos espaços externos: os espaços políticos. Então vislumbram se organizarem com esse propósito: de se fortalecerem e de alguma maneira conquistarem esses direitos que não estão dado plenamente para as mulheres quilombolas e para as mulheres negras.

A Nilce ressaltou a questão do racismo institucional – e a Vanessa também já tinha trazido isso – que acontece pela ação do Estado, inclusive por alguns colegas da assistência técnica. Essa questão é importante destacarmos aqui. Achei bem interessante a Nilce trazer também o desafio de tantos papéis – mãe, professora, militante –, e então o entendimento da importância da luta pelo território e pela ancestralidade, que é motivado nessa firmeza, nesse trabalho, nessa militância. Ela ressaltou o assunto que a Vanessa já tinha falado sobre a questão da educação, especialmente a falta de uma educação específica para as comunidades quilombolas. Nilce falou da fragilidade da regularização dos territórios porque “não existe quilombo sem territórios, não existe identidade sem espaços, nosso território é o nosso corpo e a nossa mente”. Estou citando aqui literalmente pois achei que a frase ficou muito bem construída. Está tudo aqui na forma como ela expressou. Ela entrou também no âmbito da difamação das militantes quando essas atuam na reivindicação dos seus direitos e falam por seus territórios. Isso é muito desafiador para o sistema. Uma reivindicação dos direitos acaba sendo vista como um problema.

Para finalizar, a Miriam fez uma provocação bem instigante em relação a essa parceria público-comunitária, que traz a lógica da comunidade para pensar as políticas públicas, para pensar a atuação do Estado. E pontuou que a reativação econômica não deve passar por financeirizar as nossas vidas. A gente precisa respirar outros ares e outros valores para pensar o que é viver nesse mundo. Esta é uma contribuição para que sigamos o debate, aprofundando esses temas.



Lutas de uma vida inteira moldam as políticas públicas

Débora Fernandes Barizão ⁸

Hoje, estamos conversando com mulheres que são guerreiras, batalhadoras e têm muita história para contar para a gente, têm uma história muito significativa. É um grande prazer e um grande aprendizado estar com elas aqui.

Vou iniciar lendo um poema que escolhi com muito carinho de uma poetisa jovem, militante do movimento negro, que tem uma visão de mundo muito interessante. Eu queria trazer alguém que falasse para gente sobre a vida de uma maneira mais positiva. A gente sabe que estamos passando por muitas dificuldades, e temos que falar sobre todos os entraves que existem na vida de quem quer se despontar – principalmente, pessoas que vêm de comunidades quilombolas e da comunidade negra também, e que têm tantos desafios materiais e simbólicos para enfrentar nossa sociedade que é estruturalmente racista. Ao mesmo tempo, a gente nunca pode definir nenhum indivíduo pelas dificuldades que ele enfrenta. A gente precisa entender as pessoas também a partir do ponto de vista positivo, daquilo de bom que as pessoas têm para nos dizer. Porque todo mundo tem alguma coisa para ensinar e a gente também sempre

⁸ AFITESP (Associação dos Funcionários da Fundação ITESP) e APAER

pode aprender alguma coisa. O poema de Gislene Ramos se chama “Banho negro”:

“No banho
Queria a pele limpar
Apagar aquela cor suja
Esfregava com força para branca ficar.

Doía.
Doía muito.
E doída seguia.
A cada dia. A cada banho.

A dor sob o chuveiro não era maior
Que a que sentia por dentro.

Cada olhar. Cada piada. Cada insulto.
Sujavam sua alma com o mais imundo racismo.

Voltava para casa querendo ir embora.
Daquele lugar. Daquele mundo. Daquela cor.

Ela não tinha culpa.
Por que eu?
Por que eu?
Por que eu?

Todo dia. Todo banho.
A mesma dor.
Toda doída.

Pequena
Sob a água
Chorava sem lágrimas.

Hoje.
Grande.
Ainda chora. Ainda seca.
Mas também grita. Resiste. Luta.

E durante o banho não mais se esfrega.
Sob o cantar das águas do chuveiro
Ela dança consigo mesma.

Se acaricia. Se encobre. Se sente.
Acarinhando a própria pele
Que um dia foi maltratada.
Julgada mal lavada.
Mal amada.”

Uma frase da Dona Edvina que me marcou bastante foi “ser mulher é ser tudo”. A gente percebe como as mulheres cumprem uma jornada de trabalho um tanto quanto exaustiva. Às vezes, uma jornada até dupla: elas trabalham na roça, vão para casa depois, trabalham novamente e esse trabalho não é reconhecido. Eu, como extensionista rural da área social, trabalho bastante com a questão de aposentadoria e percebo como esse trabalho é invisibilizado. Quando elas vão entrar com pedido de aposentadoria, é muito comum a gente ver o INSS negando, por não considerar o tempo de trabalho dessas mulheres.

Então, realmente, ser mulher é ser tudo mesmo: é trabalhar na roça, é cuidar da família também, é fazer esse trabalho produtivo a todo momento e, muitas vezes, não ser valorizada, inclusive quando a gente pensa em políticas públicas.

Antigamente, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), um instrumento importante para as pessoas conseguirem financiamentos, vinha somente no nome do esposo, não contava com o nome da mulher. As mulheres poderem ter seus nomes na DAP, acessar o Pronaf e fazer seus projetos foram políticas públicas de avanço para o empoderamento feminino. Essas políticas se moldam para abarcar toda essa luta, uma vida inteira de luta. Nada é um resultado imediato e nenhuma política pública surge do nada. Elas surgem em consequência da luta dessas mulheres que já estão na batalha há muito tempo. É muito inspirador quando a gente vê o pessoal mais antigo na luta. E também é muito bom ver gente nova querendo participar, trazendo esse sangue novo e a vontade de lutar.

A gente, que trabalha com o Estado e está do lado de cá, digamos assim, trabalhando com extensão rural, também sente as consequências desse desmonte das políticas públicas. A gente realmente trabalha com aquilo que acredita. Essa rotulação da mulher que luta, da mulher que briga pelos seus ideais e seus direitos... Isso acontece também dentro da extensão rural. A gente é taxada de encrenqueira e de várias outras coisas. Eu vejo como uma necessidade, por parte da extensão rural, de compreender a mulher como um agente econômico, um agente produtivo. Não só como uma pessoa que auxilia o produtor principal, o homem que trabalha na roça, para quem as políticas públicas de produção são direcionadas.

A gente precisa ter um olhar mais sensível, mais carinhoso. Existem coisas muito simples que, às vezes, nós extensionistas nem percebemos na vida das mulheres. Elas vão para reuniões que a gente organiza e, muitas vezes, têm que levar os filhos. O técnico que nunca passou pela situação de ter várias crianças bagunçando no meio da reunião não sabe o que faz. Eu decidi montar um kit infantil. Quando tem uma reunião, levo meu giz de cera, tinta, pincel, as canetinhas. Monto uma atividade para as crianças enquanto a gente faz a reunião. Eu fico ali com as crianças num cantinho, a gente faz alguma coisa juntos para ocupar o tempo. É uma sensibilidade assim, a gente tem que treinar nosso olhar. Vai fazer muita diferença, porque essas mulheres vão poder participar das reuniões mais ativamente, prestando mais atenção, fazendo mais parte do processo produtivo. A gente que é extensionista rural tem que prestar bastante atenção nas falas das mulheres para sensibilizar o nosso olhar. O Estado tem suas deficiências, seus equívocos de ação e algumas coisas são até propositais. A gente sabe dos interesses que existem por trás, por exemplo, da questão da regularização fundiária. Mas direito é direito e a gente está aqui para reconhecê-los. As comunidades tradicionais, assim como todas as outras comunidades que trabalham com agricultura familiar, têm o direito de uma assistência técnica pública gratuita e de qualidade. Não se pode simplesmente desmontar a extensão rural pública com a desculpa de que agora o Estado não dá mais conta disso. A assistência técnica e extensão rural tem que chegar nas pessoas que realmente precisam.

Eu não vejo nada melhor do mundo do que chegar numa comunidade... Você vai à casa de alguém, você toma aquele café, conhece os filhos e, muitas vezes, vê os filhos das pessoas crescendo. Quando você chega lá, aquele menininho que você conheceu agora

é um adolescente, está começando a participar da luta também. Isso toca o coração de todo extensionista. A gente faz parte da vida de vocês, assim como vocês fazem parte da nossa vida também.

Nós, como Estado, enquanto extensionistas, temos que pensar sobre o fazemos em termos de extensão rural. O que estamos fazendo serve a quem? Não é chegar e impor um pensamento, uma atividade que a gente considera que é correta. É, isso sim, aprender a ouvir as pessoas, ouvir e aprender com as pessoas. A partir desse diálogo, a gente consegue formatar as atividades e a maneira de agir. A extensão rural tinha sido uma imposição de conhecimento e informações, como se as nossas atividades fossem mais importantes ou tivéssemos mais conhecimento para falar do que as pessoas que estão nas comunidades, trabalhando com agricultura. Isso precisa mudar. A gente está percebendo agora, principalmente com a questão da pandemia, o quanto o Estado tem que se fazer presente.

Não dá para simplesmente jogar na mão da sociedade civil certas coisas ou achar que a iniciativa privada vai resolver tudo, porque não é assim que funciona. Mas nós somos responsáveis também pelas ações do Estado a partir do momento em que escolhemos nossos representantes. Temos que cobrá-los sobre o que fazer, se a gente concorda ou não. Temos que defender o direito das comunidades a uma extensão rural pública, gratuita, de qualidade. Todo mundo tem que ter acesso a esse direito.

Anexo

Carta aberta sobre os desmontes do governo Dória: Em defesa de uma extensão rural pública e feminista

Raquel Rizzi, Flávia Bigai e Débora Barizão ⁹

Alguns assuntos carregam em si uma gravidade tão intensa que fica difícil compreender as várias facetas de seus desdobramentos. Proposto pelo governador do Estado de São Paulo, João Dória, o Projeto de Lei 529 de 2020 é extenso e dá margem para inúmeros questionamentos sobre o alcance do desmonte que ele propõe.

Nesta carta aberta, pretende-se tratar de uma das facetas. A faceta que envolve a produção de alimentos, a preservação de nascentes e da biodiversidade, os quilombos e as terras indígenas.

O governo do Estado tem, entre as suas competências, oferecer Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de forma pública. O PL prevê a extinção do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), responsável pela regularização fundiária do Estado, por

⁹ Marcha Mundial das Mulheres de São Paulo

assentamentos e quilombos estaduais e por ofertar ATER para estes públicos. Ao mesmo tempo tramita às escondidas o processo interno da Secretaria da Agricultura, número 03/2019 que atinge em cheio a antiga Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), que sofreu seu primeiro ataque ao ser renomeada para Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), no início do governo de João Dória. Mediante decreto o governador pode definir a extinção de 594 casas de agricultura do Estado de São Paulo, além de 24 regionais da CATI e a venda de fazendas de produção de sementes, que são a principal oferta de sementes de milho não transgênico do estado. As Casas da Agricultura localizadas em todas as cidades do Estado de São Paulo cumprem há anos a tarefa de acompanhar agricultoras e agricultores oferecendo essa ATER. Estes desmontes afetam uma série de políticas públicas que entendem a extensão rural enquanto processo social e pedagógico, tornando-a apenas um mero processo burocrático e digitalizado, lembrando que apenas 13% das agricultoras e agricultores do estado usam a internet para fins agropecuários.

Em plena pandemia da covid-19 e com mais de 120.000 mortes pelo país, o cenário que se aproxima no estado de São Paulo, no que diz respeito às políticas públicas de extensão rural que envolvem a segurança alimentar e a produção de alimentos saudáveis, é cada vez mais caótico.

Mas, afinal, o que é ATER e por que ela é importante?

Por meio do trabalho de extensão rural, são fornecidos aos agricultores e agricultoras documentos que garantem o reconhecimento de seu trabalho, como a Declaração de Aptidão ao

Pronaf (DAP) e as Notas de Produtor Rural, utilizadas posteriormente para reivindicação de direitos previdenciários.

A extensão rural não se trata somente de assistência técnica dedicada exclusivamente à produção, mas também do trabalho de profissionais aptos a incluir economicamente essas populações deixadas à margem da sociedade. O desenvolvimento do país como um todo depende da inclusão social de todo seu povo; caso contrário, se trata apenas do crescimento de alguns setores em detrimento de outros.

E por que as mulheres agricultoras serão as mais prejudicadas por esse desmonte?

As mulheres agricultoras são as mais atingidas com os cortes nessas políticas e são as mais atingidas nesse momento de pandemia, já que todo o trabalho de cuidados, incluindo os cuidados com a alimentação de nossas famílias, recai sobre elas. O corte nas políticas afeta a autonomia econômica das mulheres e, como temos visto, o número de casos de mulheres em situação de violência doméstica aumentou em 50% durante o isolamento social.

Uma das questões pouco faladas diz respeito ao impacto na vida de mulheres agricultoras, que ocupam funções tão pouco valorizadas na sociedade atual. As trabalhadoras rurais conquistaram, com muita luta e mobilização, o acesso a direitos que, por vezes, parecem tão básicos para outras mulheres, mas foram por muito tempo ignorados, como o acesso à saúde, educação, direitos trabalhistas e previdenciários.

Com a extinção de Casas de Agricultura e do ITESP, corremos o risco de perder o básico, que foi garantido por meio de muita mobilização e luta.

E nós, mulheres trabalhadoras da política de agricultura?

Ser uma mulher extensionista e atender o público feminino é compreender que as impossibilidades se demonstram nos detalhes:

nos filhos que impedem as produtoras de irem às reuniões, nos cuidados diários com casa, familiares e amigos que muitas vezes são preocupações exclusivamente femininas, na violência de gênero tão naturalizada socialmente. Juntas, pensarmos em formas de tornarmos mais inclusivo o nosso espaço e, quem sabe, a sociedade como um todo. Sem inclusão das mulheres nesse processo, não há transformação social.

O desmonte na extensão rural traz consigo uma destruição de muita história que vem sendo escrita por muitas vozes e que não pretende se finalizar.

Além disso, as trabalhadoras e trabalhadores da Secretaria de Agricultura e Abastecimento vêm passando por um processo de ausência de comunicação sobre essa reestruturação. Acreditamos que isso configura assédio moral – muitos se encontram inclusive em crises de depressão e ansiedade. Outro fator é a existência de tantos cargos em comissão, cuja função é aparelhar ainda mais o Estado para levar adiante as políticas ultraliberais desse desgoverno em São Paulo.

Que possamos unir forças entre as organizações que lutam pela extensão rural e entre as organizações de agricultoras e agricultores paulistas, que se fazem presentes na resistência ao retrocesso, na defesa de políticas públicas essenciais para a produção de alimentos diversificados, considerando a soberania alimentar. Reivindicamos parcerias público-comunitárias em contraposição às parcerias público-privadas que só visam o lucro e a manutenção do agronegócio competitivo em detrimento da agricultura familiar.

16 de setembro de 2020

Organizadoras

A **Associação Paulista de Extensão Rural** (APAER) congrega pessoas que se interessam pelo fortalecimento e desenvolvimento das atividades de extensão rural, promovendo a aproximação, a articulação e o intercâmbio de conhecimentos. Busca divulgar e valorizar os serviços e os profissionais da extensão rural, destacando sua importância social, econômica, ambiental e cultural. Promove ações que sensibilizem os gestores públicos e a sociedade civil a implementar as diretrizes estabelecidas na Política Nacional de ATER (PNA-TER). <https://apaerextensao.wixsite.com/apaer>

O **Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista** se constitui como um colegiado de deliberação coletiva, congregando um número indefinido de empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, gestores públicos e público interessado, que atuam em consonância com os princípios e valores da economia solidária. Seu objetivo é criar condições para o fortalecimento economia solidária na região da Baixada Santista, representar o movimento da economia solidária frente à sociedade e aos poderes públicos e se articular com os demais fóruns e instâncias de economia solidária em âmbitos estadual e nacional.

Sementeia é uma plataforma digital multimídia que tem por objetivo produzir sementes e semear. As sementes são conteúdos desenvolvidos numa concepção de livre produção e circulação de



materiais audiovisuais, textos, vozes, sons e imagens. Sua concepção busca privilegiar uma linguagem multimídia e a produção colaborativa entre nossos parceiros (movimentos de resistência) sobre grandes temas relacionados a propostas para mudança e ações de resistência no campo e na cidade. A Sementeia foi concebida por um coletivo que se formou a partir da participação de pesquisadores e ativistas ligados a Unicamp, ao movimento social de luta pela terra e pela internet livre. É administrada por um coletivo gestor que se responsabiliza por compartilhar materiais e integrar novos integrantes e parceiros. <http://sementeia.org/>

A **SOF Sempre Viva Organização Feminista** expressa sua razão de ser no tripé Movimento Social, Transformação e Feminismo. Isso sintetiza uma trajetória que combina atuação de assessoria a organizações de mulheres e organizações mistas, a movimentos sociais e a órgãos de governo; trabalho com formação para fortalecimento de grupos e dirigentes sociais e a participação nos movimentos sociais a partir do feminismo. Desde 2015, a SOF acompanha grupos de mulheres rurais no Vale do Ribeira na construção do conhecimento agroecológico e de mercados solidários. <https://www.sof.org.br/>

Realização:



Apoio:

